

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

Procedimento licitatório: LE nº 27/2024 – ID 104 56 01

SAP: 1000000027

Interessado: APPA/GMAR /DEM

**Objeto:** Contratação de empresa especializada, na modalidade semi-integrada, para a Execução da ampliação e repotencialização do Píer Público de Granéis Líquidos (PPGL)

Ao Diretor Jurídico


**RELATÓRIO**

O procedimento licitatório em tela, com critério de julgamento por maior desconto, foi devidamente publicado com abertura prevista em 18 de julho de 2024.

Ocorre que, antes da abertura das propostas, justificado pela pertinência dos questionamentos apresentados, o setor demandante opinou pela suspensão do certame, o que foi acatado e providenciado por esta Coordenadoria, conforme comprovantes de publicação na plataforma “licitacoes-e” e Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE).

<b>APPA</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA</b> <b>AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO</b> <b>ID Licitações-e 104 56 01</b> <b>Licitação Eletrônica Nº 27/2024</b> <b>Processo SAP: 1000000027</b>
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada, na modalidade semi-integrada, para a Execução da ampliação e repotencialização do Pier Público de Granéis Líquidos (PPGL), incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, de acordo com as normas vigentes, projetos e com a competente anotação de responsabilidade técnica.
<b>AVISO DE SUSPENSÃO:</b>  Em virtude da necessidade de revisão dos documentos (termo de referência, projetos e planilhas), resta suspenso. Será viabilizada a republicação do Edital com suas alterações em nova data.
<b>Edital e informações:</b> <a href="https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes">https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes</a> <b>E-mail:</b> <a href="mailto:cplc.appa@appa.pr.gov.br">cplc.appa@appa.pr.gov.br</a> <b>Informações:</b> 41-3420-1127 / 3420-1373 Paranaguá, 18 de julho de 2024. Equipe de Pregão – Portaria 48/2024 APPA/EP
<b>81857/2024</b>


**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC



[> Sala de disputa](#) [> Pesquisa avançada](#) [v Suas licitações](#) [> Banco de Preços](#) [> Ajuda](#) [> Sair](#)

**Licitações**

APPA

Licitação [nº 1045601] 

Opções

Cliente

APPA / (1) SETOR LICITACAO

Coordenador

ANGELO GERALDO BOCHENEK

Resumo da licitação

Contratação de empresa especializada, na modalidade semi-integrada, para a Execução da ampliação e repotencialização do Pier Público de Granéis Líquidos (PPGL), incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, de acordo com as normas vigentes, projetos e com a competente anotação de responsabilidade técnica, conforme escopo, especificação de serviços e demais condições presentes nesse Termo de Referência, Edital e demais documentos técnicos em anexo.

Edital

SAP 27

Processo

1000000027

Modalidadetipo

LRE

Tipo

Maior desconto

Participação do fornecedor

Ampla

Prazo para impugnação até

5 dia(s)

Situação da licitação

Suspensa

Data de publicação

16/05/2024

Início acolhimento de propostas

16/05/2024-10:30

Limite acolhimento de propostas

18/07/2024-09:30

Abertura das propostas

18/07/2024-09:30

Data e a hora da disputa

18/07/2024-10:00

Idioma da licitação

Português

Moeda da licitação

(R\$) Real

Abrangência da disputa

Nacional

Moeda da proposta

Moeda da licitação

Forma de condução

Eletrônico

Equalização ICMS

Não

Tipo de encerramento da disputa

Randômico

Encaminhado o processo para apreciação e considerações do setor requisitante, manifestou pelo cancelamento desta licitação, justificado nos seguintes argumentos:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

- Inicialmente o processo de Contratação de empresa especializada, na modalidade semi-integrada, para a Execução da ampliação e repotencialização do Pier Público de Granéis Líquidos (PPGL) foi realizado através do SAP nº 027/2024;
- Tal processo já passou por toda a fase interna e no momento encontra-se em fase externa;
- Que o processo atual foi suspenso antes da data de abertura das propostas;
- Que a suspensão foi realizada devido a necessidade de alterações no Termo de Referência e seus anexos;
- Que devido as alterações realizadas no Termo de Referência, o processo deverá ser reiniciado e passar novamente pela fase interna para a aprovação e análise de todas as áreas envolvidas.

Portanto, conforme orientações, sugerimos que o processo SAP nº 027/2024 seja cancelado e um novo processo seja reiniciado em fase interna, assim que aplicável.

*Assinado eletronicamente*  
**Willian Kienen Fronza**  
GMAR

*Em Férias*  
**João Jardim Vila Verde**  
GMAR

*Assinado eletronicamente*  
**Lucas Gomes Gonçalves**  
GMAR

*Assinado eletronicamente*  
**Katlyn Eliege dos Santos**  
GMAR

Recebido o protocolo para manifestação da COLIC, entendemos pela anuência quanto ao cancelamento – revogação do certame, especialmente motivado pelo fato de que há necessidade de nova tramitação interna (fase interna) com passagem obrigatória por vários setores competentes, inclusive pelo CONSAD, em virtude da majoração orçamentária.

A revogação do certame nestas condições tem salvaguarda da doutrina e Jurisprudência, com fulcro nos princípios da conveniência e oportunidade, atendendo o interesse público. Vejamos:

A revogação, oportuno mencionar, decorre do princípio da autotutela, consagrado nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No âmbito das licitações, a anulação encontra guarida no artigo 62 da Lei Federal n.º 13.303/2016:

Art. 62. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 57 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 75 desta Lei, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

Na mesma linha caminha o art. 234, IV do RILC:

Art. 234 A Autoridade Competente que dispuser de competência para homologar o resultado da licitação poderá:

(...)

IV - revogar o processo, no todo ou em parte, em razões de conveniência e de oportunidade para o

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

CPLC

atendimento do interesse público decorrente de fato superveniente à instauração, que constitua óbice manifesto e incontornável à continuidade do processo, devidamente justificado;

Importa destacar ainda, que amparado pelo fato da suspensão ter sido efetivada antes da abertura das propostas, não será necessária a manifestação dos licitantes interessados.

Em face do exposto, opina-se, diante do justificado:

a) pela revogação do Procedimento licitatório – LE 27/2023, forte no artigo 62 da Lei Federal n.º 13.303/2016, art. 234 do RILC e nos princípios da autotutela, da legalidade, do julgamento objetivo e da supremacia do interesse público;

b) se a necessidade da contratação ainda persistir, proceda-se nova tramitação de toda sua fase interna, objetivando a regularidade formal e futura publicação de Edital competente e seus documentos anexos.

Paranaguá, 03 de outubro de 2024.

**Angelo Geraldo Bochenek**

Coordenador de licitações - COLIC

(assinado eletronicamente)